

Elucidações Câmara mantém censura a pesquisas

BRASÍLIA — A Câmara dos Deputados aprovou ontem a lei que vai regular as eleições presidenciais. Agora, a matéria será submetida à sanção presidencial para que possa entrar em vigor. Os deputados rejeitaram o substitutivo apresentado pelo Senado. Com isso, ficou mantida a censura à divulgação de pesquisas nos 30 dias anteriores ao primeiro turno e nos dez antes do segundo.

O PDS, o PL e o PT votaram contra a censura às pesquisas alegando que ela é inconstitucional. O Deputado Gérson Peres (PDS-PA) ressaltou que o próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE) poderá apresentar parecer pela inconstitucionalidade deste dispositivo da lei. Nas eleições do ano passado, o TSE liberou as divulgações das pesquisas tendo como base a Constituição.

Também ficou proibido a divulgação pelos meios de comunicação, até às 19h do dia do pleito, de qualquer notícia sobre o comportamento dos eleitores na hora da votação e sobre os candidatos que estejam na disputa eleitoral. Os deputados não aprovaram também a proposta de obrigar o candidato a apresentar declarações

de rendimentos dos últimos cinco anos, bem como a relação de todos os negócios que tenham realizado neste mesmo período.

A Câmara rejeitou ainda a proposta do Senado de permitir que a apuração dos votos seja feita pela própria mesa receptora dos votos. Um pedido de destaque do PDT, tentando restabelecer o que havia sido proposto pelo Senado acabou provocando polêmica no plenário. O Líder do PMDB, Deputado Ibsen Pinheiro, não aceitou a votação do destaque, alegando que havia acordo pela rejeição. A sessão foi suspensa por dez minutos, e o Líder do PDT, Vivaldo Barbosa, convenceu seus colegas a procurarem o TSE para solicitarem que determine a apuração pela mesa receptora onde houver mais de cem mil eleitores.

A Câmara também rejeitou o dispositivo que permitia ao partido político com registro provisório conseguir adesão de congressistas até a data da publicação da lei. Com isso, só os partidos com representação até 5 de abril poderão apresentar candidato.